



Legislação aplicável

1 – LEIS

Lei nº 9.637/1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm

Lei Estadual nº 15.503/2005 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências.

Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/80592/lei-15503

Lei nº 12.527/2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

Lei Estadual nº 18.025/2013 - Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências.

Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90142/lei-18025

Lei nº 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm



2 – DECRETOS

Decreto nº 9.190/2017 - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9190.htm

Decreto nº 7.904/2013 - Regulamenta a Lei n. [18.025](#), de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências.

Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/66321/decreto-7904

3 – RESOLUCÕES

Resolução Normativa nº 004/2011 TCE/GO - Dispõe sobre a fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado de Goiás, regulamenta as prestações de contas e dá outras providências.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files/ostransparencia/transparencia/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%B5es/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20007-2011%20TCE-GO.pdf>

Resolução Normativa nº 013/2017 TCE/GO - Dispõe sobre a fiscalização da qualificação de entidades como organizações sociais, da formalização e da execução dos contratos de gestão firmados pelo Estado de Goiás, e regulamenta as prestações de contas anuais a serem disponibilizadas aos órgãos ou entidades supervisoras e dá outras providências.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files/ostransparencia/transparencia/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%B5es/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%2013-2017%20TCE-GO.pdf>

Resolução Normativa nº 4/2018 TCE/GO - Retifica-se a Resolução Normativa nº 13/2017, de 29/11/2017, para correção de erro material.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files/ostransparencia/transparencia/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%B5es/Resolu%C3%A7%C3%A3o%204-2018%20TCE-GO.pdf>



[C3%B5es/Ementa%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20013-2017%20-%20TCE-GO.pdf](#)

4 – INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa nº 34/2016 – CGE/GAB - Estabelece a sistemática de fiscalização a cargo da Controladoria Geral do Estado (CGE) na prestação de contas de recursos transferidos voluntariamente pelo Estado de Goiás a municípios e entidades sem fins lucrativos, em especial para OSCs, ONGs, OSs e OSCIPs, ainda que por intermédio de contratos de gestão e termos de parceria.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files//ostransparencia/transparencia/legislacao/Instru%C3%A7%C3%B5es%20Normativas/Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%2034-2016%20CGE.pdf>

Instrução Normativa nº 37/2016 – CGE/GAB - Estabelece a sistemática de análise e aprovação a cargo da Controladoria-Geral do Estado (CGE) dos regulamentos para a contratação de obras, serviços, compras e admissão de pessoal das Organizações Sociais que possuem contratos de gestão celebrados com o Estado de Goiás.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files//ostransparencia/transparencia/legislacao/Instru%C3%A7%C3%B5es%20Normativas/Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%2037-2016%20CGE.pdf>

Instrução Normativa 001/2019 – CGE – Dispõe sobre a Metodologia de Avaliação da Transparência Ativa e Passiva dos órgãos, das entidades e das Organizações Sociais, com contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo de Goiás.

Disponível

em:

https://www.controladoria.go.gov.br/files/Normas_cge/Instru%C3%A7%C3%B5es_normativas_cge/Instru%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%20CGE%20-2019/Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa01-19_Metodologias.pdf



5 – PORTARIAS

Portaria nº 178/2015 – GAB/SES/GO – Dispõe sobre a vedação do uso de logomarcas das Organizações Sociais em bens móveis e imóveis cedidos em uso.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files//ostransparencia/transparencia/legislacao/Portarias/Portaria%20178-2015%20GABSES-GO.pdf>

Portaria nº 292/2016 – GAB/SES/GO – Padronização de custos e alteração dos prazos para entrega mensal de informações.

Disponível em:

https://www.saude.go.gov.br/images/imagens_migradas/uploads/2017/10/portaria-no-292.pdf

Portaria nº 775/2016 – SES/GO – Dispõe sobre o acesso a servidores da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás para diligências nas unidades de saúde sob gestão das Organizações Sociais.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files//ostransparencia/transparencia/legislacao/Portarias/Portaria%20775-2016%20GABSES-GO.pdf>

Portaria nº 1038/2017 – SES/GO – Dispõe sobre as informações lançadas no Sistema de Prestação de Contas – SIPEF.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files//ostransparencia/transparencia/legislacao/Portarias/Portaria%201038-2017%20GABSES-GO.pdf>

Portaria nº 518/2018 – SES/GO – Dispõe sobre composição e competências da Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão – COMACG, instituída para monitorar os Contratos de Gestão, firmados pelo Estado de Goiás por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Organizações Sociais em Saúde.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files//ostransparencia/transparencia/legislacao/Portarias/Portaria%20518-2018%20SES%20COMACG.pdf>



Portaria nº 855/2018 – SES – Institui a sistemática de monitoramento e avaliação dos Contratos de Gestão.

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files//ostransparencia/transparencia/legislacao/Portarias/Portaria%20855-2018%20GABSES-GO.pdf>

Portaria nº 2116/2021 – SES/GO – Institui normas para solicitação de repasse de recursos financeiros às Organizações Sociais de Saúde e/ou Fundações privadas a título de investimento.

Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/diario_oficial_2021-12_07_suplemento_completo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/diario_oficial_2021-12_07_suplemento_completo%20(1).pdf)

6 - MANUAIS

Manual de monitoramento e avaliação dos contratos de gestão com Organizações Sociais de Saúde - Norteia os processos de monitoramento e avaliação dos contratos de gestão, qualificando o trabalho administrativo, técnico e operacional desenvolvido na Gerência de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos de Gestão (GEFIC).

Disponível em:

<https://www.saude.go.gov.br/files//ostransparencia/transparencia/legislacao/Manuais/Manual%20de%20Monitoramento%20e%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Contratos%20de%20Gest%C3%A3o.pdf>

7 – ESTATUTO SOCIAL - Rege o funcionamento do Instituto Patris

Disponível em: <https://institutopatris.org.br/transparencia/hospital-estadual-de-luziania-1>

8 – ATA DE ASSEMBLEIA GERAL – Norma correspondente às informações relativas à estrutura organizacional da O.S e da Unidade, conforme Item 3.2.4 da Metodologia de Avaliação CGE/TCE.

Disponível em: <https://www.institutopatris.org.br/storage/transparency/8/632b72b649a7b.pdf>

Atualizado em 05/10/2022